

Empresários divergem sobre medidas na área econômica

As reações ao conjunto de medidas na área econômica anunciadas ontem pelo Governo foram variadas. O Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento, Rônaldo Cézar Coelho, disse que o que está acontecendo no Brasil é uma reedição da solução adotada pelo Primeiro Ministro Felipe González na Espanha. Sua ação enérgica reduziu a inflação de 25% para 7,5%. A Espanha passou, também, de um déficit para um espetacular superávit na balança comercial.

Já o empresário financeiro Adolpho Oliveira considerou as medidas suficientemente duras para acarretarem um desconforto em relação ao crédito e elevarem levemente os juros, mas não capazes de se constituírem em um verdadeiro choque ao sistema econômico. Ele observou que apesar do corte de 10% no orçamento da União e da paralisação de 60 dias na aplicação dos bancos oficiais, "o Banco Central e o Banco do Brasil não foram totalmente controlados". Ele acredita, porém, em um segundo estágio em que haverá também nessas áreas.

O empresário Ruy Barreto acha que as medidas anunciadas ontem estão coerentes com as promessas do novo Governo. "Eu ficaria surpreso se as declarações de ontem (domingo) não viessem acompanhadas de medidas semelhantes", disse. Ele acredita que o Governo criou "o caixa único para controlar melhor aqueles que estavam gastando além do que podem".

Ruy Barreto afirma também que as medidas poderão provocar recessão em alguns setores da economia, mas diz que elas são necessárias porque "é preciso reduzir a inflação de qualquer forma". Ele acha ainda que a saída para esses setores foi indicada ontem também.

Caso do BNH

O BNH tem, atualmente, mais de Cr\$ 3 trilhões aplicados em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) através do Banco

Central, a uma remuneração de correção monetária mais 6% (no ano passado era menor). As aplicações do BNH em títulos públicos são compulsórias, pois englobam todo o montante de recursos que, mensalmente, não for aplicado; e as aplicações mensais, por sua vez, estão limitadas ao valor correspondente das amortizações efetuadas.

Março será um mês em que o BNH será obrigado a elevar a compra de papéis do Governo, devido à grande disponibilidade de recursos, provocada pelo ingresso do depósito do 13º salário dos trabalhadores e por ser o último mês do trimestre (quando caem os saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Ao contrário, abril — como todos os primeiros meses de trimestre — registrará forte pressão pela retirada do FGTS e isso, eventualmente, pode provocar a necessidade de resgate dos títulos.

Esse e outros casos especialíssimos justificam a redução temporária das aplicações em ORTN. O exemplo mais recente foi o da liquidação de duas empresas de crédito imobiliário: Sul Brasileiro e Habitasul, quando se fez necessária a cobertura para problemas de iliquidex.

Logo após a recuperação do Presidente Tancredo Neves, o setor imobiliário paulista, com a aprovação de entidades de vários outros Estados, levará ao Ministro da Fazenda, Francisco Dorneles, uma proposta de "anistia fiscal já" para os recursos hoje existentes no que chama de "economia marginal", onde estima existir algo como 13 bilhões a 15 bilhões de dólares, ou seja, cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB).

O quadro do setor imobiliário é negativo. Ele empregava um terço da força de trabalho do país, o que significava 16 milhões de pessoas, mas desde o início da crise econômica até hoje, já demitiu dois terços desse total. Além disso, as construtoras só estão produzindo um terço de sua capacidade, elevando o déficit habitacional brasileiro, que já é de 8 milhões de moradias.